

ISSN 1984-5588

Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Textos Para Discussão FEE

Texto n.º140

**Formação do Estado e planejamento: um plano de estatística
para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1834)**

Álvaro Antonio Klafke

Porto Alegre, dezembro de 2015



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretário: Cristiano Tatsch



**Fundação de
Economia e
Estatística**

DIRETORIA

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretora Administrativa: Nóra Angela G. Kraemer

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Renato Antonio Dal Maso

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Rafael Bassegio Caumo

Informações Estatísticas: Juarez Meneghetti

Informática: Valter Helmuth Goldberg Junior

Informação e Comunicação: Susana Kerschner

Recursos: Graziela Brandini de Castro

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, ou de interesse da instituição, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. Todas as contribuições recebidas passam, necessariamente, por avaliação de admissibilidade e por análise por pares. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>

Formação do Estado e planejamento: um plano de estatística para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1834)

Álvaro Antonio Klafke*

Doutor em História, Analista Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística

Resumo

Este **Texto Para Discussão** objetiva refletir sobre os primeiros tempos da atividade estatística no Brasil independente, com base na análise de um plano de estatística da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, elaborado em 1834. Discutem-se temas relativos aos imperativos do planejamento estatal, tendo como balizamento o acompanhamento do processo simultâneo de construção do Estado e da Nação brasileiros, ao mesmo tempo em que se procura sustentar dois eixos de argumentação: o primeiro trata da descrição e análise da obra, com suas diversas demandas de conhecimento, planejamento, desenvolvimento, definição dos critérios de cidadania, defesa do território e demarcação de fronteiras. O segundo eixo pretende, a partir do relatório, destacar a historicidade dos projetos de coleta de dados e de planejamento em geral, sempre relacionados ao grau de informação acumulada, às demandas sociais e às concepções políticas em disputa no momento da sua realização.

Palavras-chave

Estatística; Brasil imperial; Rio Grande do Sul.

Abstract

The objective of this text is to reflect upon the early days of statistical activity in an independent Brazil, based on an analysis of a statistical plan of the province of Rio Grande de São Pedro do Sul that was devised in 1834. We discuss the imperatives related to the planning of the state, having as a marker the monitoring of the simultaneous process of the development the Brazilian state and nation. This text seeks to sustain two pivotal arguments: one that deals with the description and analysis of the work, with its various demands in terms of knowledge, planning, development, definition of the criteria for citizenship, territorial defense and the establishment of borders. Based on the report, the second argument aims to highlight the historicity of the data collection projects and planning in general, always relating the degree of information that has been accumulated to the social demands and the political conceptions disputed at the time of its compilation.

Keywords

Statistics; Imperial Brazil; Rio Grande do Sul.

Classificação JEL: O20.

* E-mail: alvaro@fee.tche.br

Revisora de Língua Portuguesa: Tatiana Zismann

Introdução

Este **Texto Para Discussão** (TD) tem como objetivo geral refletir sobre os primeiros tempos da atividade estatística no Brasil independente. Isso será feito com base na análise de um documento exemplar, que servirá para encaminhar a discussão sobre alguns temas relativos aos imperativos do planejamento estatal em um período crucial da formação do País. Trata-se do **Relatório motivado sobre a estatística da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, dirigido ao Exm. Sr. Presidente da mesma Província em Conselho, pelo encarregado daquela comissão o bacharel formado em leis José Marcellino da Rocha Cabral. Compreendendo o plano de organização; indicando os fins de cada um dos esclarecimentos exigidos; e seguido de dois ofícios** (CABRAL, 1836). Esse relatório está datado de 30 de junho de 1834, redigido por José Marcellino da Rocha Cabral como resultado preliminar de sua incumbência — comissionado pela Presidência da Província — de organizar o primeiro planejamento estatístico rio-grandense.

A pesquisa tem como fio condutor o acompanhamento do processo simultâneo de construção do Estado e da Nação brasileiros, que assumiu características específicas em virtude das distinções regionais relativas ao tempo da colônia e das particularidades do movimento independentista. A principal delas: manutenção da estrutura social extremamente excludente, especialmente em relação ao uso intensivo da mão de obra cativa, com efeitos profundos no conjunto da sociedade. Tais condições de partida exigiram, de parte das elites imperiais, um esforço de organização relativamente centralizada e forte que garantisse a ordem social.¹

Considerando o momento singular da elaboração do plano de Cabral, no cenário nacional e provincial, sua leitura deverá, grosso modo, sustentar dois eixos de argumentação: o primeiro que tratará precisamente da descrição e amostragem abundante da obra tomada em relação ao processo de formação do Estado e da Nação, com suas diversas demandas: conhecimento, planejamento, desenvolvimento, definição dos critérios de cidadania, defesa do território e demarcação de fronteiras. O segundo, de caráter mais ensaístico, pretende, também a partir do relatório, discutir a historicidade dos projetos estatísticos e de planejamento em geral, sempre relacionados ao grau de informação acumulada, às necessidades e aos projetos políticos em disputa no momento da realização.

O texto está dividido em tópicos que eventualmente se referenciam mutuamente. Inicia-se com uma explanação sobre a necessidade de conhecimento em todas as áreas, característica marcante do Oitocentos, século da formação dos Estados nacionais, direcionando a questão para o Brasil e para a província sulina. Esse saber seria obtido pela organização das informações em estatísticas, mas a que se referia tal vocábulo na época? É disso que trata a segunda seção. Na terceira seção, apresenta-se uma nota biográfica sobre o autor do relatório, situando-o frente à realidade que confrontava. Na quarta parte, realiza-se uma análise ampla do plano estatístico apresentado no documento. Na seção seguinte, examinam-se as dificuldades apresentadas pelo seu executor. Finalmente, arremata-se a reflexão argumentando-se em favor

¹ É bastante vasta a bibliografia sobre o tema, e não é objetivo do texto esmiuçá-la. Limita-se, aqui, à indicação de dois trabalhos fundamentais, que possuem distinções, mas que de certa forma se complementam e proporcionam uma visão ampla do processo de independência e da posterior centralização imperial: (JANCSÓ; PIMENTA, 2000) e (MATOS, 2004). Para uma visão alternativa, que, ao contrário de privilegiar as ações de centralização, percebe maior autonomia provincial: (DOLHNIKOFF, 2005).

da necessidade de observação da historicidade relativa às injunções conjunturais e às demandas sociais ao abordar o planejamento.

O século XIX: premência de conhecimento

Quando se pensa no século XIX, as imagens mentais suscitadas podem ser muito variadas. Existiu a escravidão, mas também a sua superação. Houve a exploração brutal da força de trabalho “livre”, contudo o desenvolvimento reativo da classe operária culminou na formulação do socialismo dito científico. Verificou-se um deslocamento massivo de pessoas que abandonaram seus locais de origem, sobretudo no campo, mas que ocasionou a formação de uma sociedade urbana poderosa e atrativa. Para além dos custos humanos, o período foi reconhecidamente otimista, e sua palavra mais representativa talvez seja **evolução**, invariavelmente associada à ideia de progresso. Era como se o conhecimento estivesse a serviço do imperativo da evolução em todas as áreas: na científica, na econômica, na área social, na cultural e, inclusive, no plano pessoal. Não por acaso foi o tempo de Darwin, Spencer, Marx, Durkheim e mesmo Freud, cuja obra foi produzida, majoritariamente, já no século XX, mas que é em grande medida tributária dos pressupostos de modernidade estabelecidos ao final do Oitocentos.

No aspecto político, um fato é determinante: a trajetória de constituição dos Estados nacionais modernos. Embora tenha marcos iniciais anteriores — caso da Guerra de Independência norte-americana ou da Revolução Francesa, por exemplo —, inegavelmente o processo se aprofundou e se propagou no decorrer do século XIX. A feição econômica, que acompanhou essa *démarche* política, foi o simultâneo adensamento e o início da universalização do capitalismo industrial, crescentemente competitivo.

Para legitimar-se e impor-se perante os vizinhos e competidores e crescer, os novos Estados nacionais tinham, necessariamente, de mostrar força. A análise de Eric Hobsbawm sobre o entendimento corrente dos pressupostos e das funções das nações no século XIX é muito elucidativa. Ele sintetiza uma visão exposta pelo economista alemão Friedrich List, a qual foi inspirada por Alexander Hamilton: “A nação teria que ser de tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento. Se ela caísse abaixo desse patamar não teria justificativa histórica” (HOBSBAWM, 1990, p. 42-45). A primeira consequência fundamental desse postulado é que o **princípio da nacionalidade**, na prática, serviria apenas para nacionalidades de um tamanho mínimo. A segunda, derivada da anterior, determinava que a formação das nações fosse vista, inevitavelmente, como um processo de expansão, significando “[...] que se esperava que os movimentos nacionais fossem movimentos pela expansão ou *unificação* nacional” (HOBSBAWM, 1990, p. 42-45).

Fortalecer o Estado, unificar e “construir” a Nação eram tarefas a serem realizadas também no Brasil independente. Para tanto, era imprescindível, antes, conhecer, esquadrihar o território para definir as fronteiras, defender-se e maximizar a extração e produção de riquezas, “contar” as pessoas para fixar, a partir de números mais confiáveis, os critérios de inserção na vida política e civil — assunto de especial relevância quando se iniciava a experiência de representação parlamentar —, conhecer a população sobre a

qual a ação administrativa se faria sentir, em termos de carências e possibilidades. Enfim, não faltavam justificativas para o fato de se falar tanto, nos albores do Império, em estatísticas.²

Um grande mosaico de partes com distintos graus de conexão — as províncias — foi herança do período colonial. Promover a sua amálgama era um dos principais desafios das elites imperiais (JANCSÓ; PIMENTA, 2000). A empreitada da unificação envolveria inúmeros agentes, em diferentes áreas, que iam do planejamento econômico centralizado à escrita de uma história comum. Por isso, as primeiras décadas pós-independência foram pródigas em iniciativas públicas e privadas de projetos de (re)conhecimento do País, cujo exemplo mais significativo foi a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro, em 1838. A ação do IHGB é emblemática. Estabelecido na Corte, pretendia realizar um trabalho de autoentendimento do País, centralizando, desde o centro hegemônico, colaborações vindas de todo o território. Tratava-se, vale a reiteração, de conhecer para atuar. E para que essa atuação fosse efetiva, os presidentes das províncias, delegados do poder central, deveriam prover os meios de produção de informações sobre suas jurisdições.

Estava em curso um processo descrito por James Scott, o de tornar **legível**, pelo Estado moderno, o território nacional, afinal,

O estado em constituição era, em muitos aspectos cruciais, parcialmente cego; ele conhecia pouco sobre seus assuntos, sua riqueza, suas propriedades, produção e rendimentos, sua localização, sua efetiva identidade. Faltava-lhe qualquer coisa como um "mapa" detalhado de seu espaço e seu povo. Faltava-lhe, na sua maior parte, uma medida, uma métrica, que lhe permitiria "traduzir" o que sabia em um padrão comum necessário a uma visão sinóptica (SCOTT, 1998, p. 2, tradução nossa).³

Entretanto, essa visão sinóptica, proporcionada por uma necessária simplificação da paisagem e da sociedade, como forma de tornar o espaço uniforme, razoavelmente interpretável e planejável, que se serve da orientação geral para o processo de constituição dos Estados nacionais, tem de ser matizada. Em termos de conhecimentos objetivos, o Brasil imperial necessitava de um sistema de coleta de informações que considerasse as particularidades regionais.

Uma das províncias onde mais se fazia sentir essa necessidade de apreensão detalhada e profunda, considerando tudo o que já foi dito acerca do contexto geral e nacional, era a do Rio Grande do Sul.⁴ Região fronteiriça, de ocupação europeia mais recente, palco das disputas entre os impérios ibéricos — com questões que todavia persistiam no século XIX —, a província meridional exigia clareza quanto às reais condições de viabilidade econômica e política, principalmente pela localização estratégica. A avaliação de seu potencial de defesa nacional, conforme veremos no plano de estatística, consistia num dos pontos basilares. Esse aspecto era exacerbado pela conjuntura muito especial. Viviam-se os primeiros anos do período regencial, época de experiências e ajustes entre grupos que disputavam a hegemonia política. No

² Sobre a história das estatísticas no Brasil, a obra referencial é a de Nelson Senra, **História das Estatísticas Brasileiras**. No que respeita a esse estudo, é importante, sobretudo, o volume 1, muito significativamente intitulado **Estatísticas desejadas (1822-1889)** (SENRA, 2006). O mesmo autor publicou, depois, uma versão mais sintética e igualmente importante (SENRA, 2009). Para uma história geral da estatística, cronologicamente ordenada, situando-a como disciplina autônoma, mas integrada à história da ciência, ver MEMÓRIA (2004).

³ No original: "*The pre-modern state was, in many crucial respects, partially blind; it knew precious little about its subjects, their wealth, their landholdings and yields, their location, their very identity. It lacked anything like a detailed 'map' of its terrain and its people. It lacked, for the most part, a measure, a metric, that would allow it to 'translate' what it knew into a common standard necessary for a synoptic view*" (SCOTT, 1998, p. 2).

⁴ A nomenclatura da Província de São Pedro variava mesmo em documentos oficiais. Usava-se *São Pedro do Rio Grande do Sul*, tal como Cabral no título do seu trabalho, ou *Rio Grande de São Pedro do Sul*, entre outras intercorrências.

Rio Grande do Sul, as tensões que explodiriam em 1835, na Revolução Farroupilha, faziam-se sentir desde a Abdicação (1831), tornando cada vez mais explícita a divisão interna. Nesse ambiente conturbado, a Presidência da Província comissionou o advogado e periodista José Marcellino da Rocha Cabral para elaborar um plano completo da estatística provincial.

De que estatística se fala?

A preocupação dos Estados com o conhecimento do território e da sociedade era visível pela popularidade da palavra e do tema da estatística no século XIX. Estava muito presente, por exemplo, na imprensa da época. Olivier Martin, refletindo sobre a França, mas com elementos que podem ser extrapolados a outros países, chega a falar da “febre estatística”, crescente durante os séculos XVIII e XIX (MARTIN, 2001, p. 27)⁵. Contudo, o vocábulo **estatística**, em Língua Portuguesa, sequer consta nos dicionários das primeiras décadas do Oitocentos, evidenciando tratar-se de um campo relativamente novo, no qual se objetivava conceituar, “cientificizar” uma prática antiga.⁶ No decorrer do XIX, possuía um sentido muito vinculado à origem etimológica mais referenciada: do francês *statistique*, traduzida do alemão *statistik*, que, por sua vez, origina-se do latim *statisticum*, isto é, relativo ao Estado (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1248). Coerentemente, em alemão, era empregado desde a primeira metade do século XVIII para designar as descrições de Estados, principados e impérios (MARTIN, 2001, p. 20).

Com o decorrer do tempo, percebe-se que o termo sofre inflexões de sentido. Uma definição de 1851 afirmava: “Ciência que trata da enumeração de tudo o que constitui a força de uma nação, de um estado, v. g. a povoação, agricultura, indústria, condição dos indivíduos, educação, rendas e despesas públicas, força militar, distribuição da propriedade, etc” (FARIA, 1851, p. 1317). Ou seja, essa definição é muito próxima à original, que mais diz respeito à forma como está organizado o plano aqui analisado. Contudo, já no século XX, seria a “Ciência dos **fatos sociais** expressos em termos numéricos”, o que permitiria “conhecer uma nação” a partir de todos aqueles elementos elencados na definição anterior (SILVA, 1952, p. 851, grifo nosso). Registra-se, então, o efeito do desenvolvimento da Sociologia como campo disciplinar, ao qual a estatística estaria associada, fornecendo a exatidão e a regularidade numérica. Em contínua alteração, a definição de **estatística** acabaria sofrendo um relativo afastamento do social, até chegar à mais recente e consagrada, cujos sentidos que mais importam, entre outros, são: (a) ramo da matemática que trata da coleta, da análise, da interpretação e da apresentação de dados numéricos; e (b) qualquer coleta de dados quantitativos (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1248). Entretanto, esse entendimento atual, de caráter bastante técnico, foi uma construção histórica.

⁵ O artigo de Martin chama-se **Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX)**. Voltado, sobretudo, para a sociedade francesa, é interessante pela relação que estabelece entre o desenvolvimento conjunto da análise estatística e da ciência social. O autor objetiva “[...] reconstruir as circunstâncias históricas do aparecimento de uma concepção moderna das estatísticas; ou antes, das circunstâncias da transformação dos dispositivos estatísticos exclusivamente destinados aos reis e a suas administrações, em dispositivos relativamente autônomos, quase universais e notadamente destinados a uma análise científica da sociedade. Essa transformação representa um dos traços da constituição das ciências humanas e sociais do século XIX” (MARTIN, 2001, p. 14).

⁶ Daí a necessidade de definição prévia, que invariavelmente antecedia os projetos ou trabalhos “estatísticos”. Um belo exemplo encontra-se nas Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil de Gonçalves Chaves, de 1822-23 (CHAVES, 1978, p. 105-106).

Desde a segunda metade do século XVI, a *Statistik* alemã ambicionava

[...] o conhecimento sintético de toda sociedade humana (burgo, cidade, região ou Estado): ela visava alcançar a “potência singular” desta sociedade pela descrição de todos os seus traços (clima, geografia, poderes e atividades econômicas, recursos naturais, demografia, poderes políticos, etc.). [...] Os produtos desta abordagem, fortemente empíricos e pouco explicativos, não eram necessariamente (e mesmo raramente) quantitativos: no essencial, eram de natureza literária (MARTIN, 2001, p. 20).

Progressivamente, no decorrer dos séculos XVII a XIX, acompanhando a transformação dos Estados absolutistas em Estados nacionais, essa matriz alemã, descritiva e analítica, raramente quantificada, será combinada com duas outras formas de encarar a estatística. Por um lado, com a abordagem francesa, direcionada aos recenseamentos e às descrições do País com fins administrativos e contábeis; por outro, com o modelo inglês, centrado na aritmética e na análise matemática de dados quantitativos. Do encontro dessas três vertentes, surge a “[...] estatística tal como nós a conhecemos hoje, isto é, ao mesmo tempo ‘ciência da contagem dos constituintes da sociedade’ e ‘ciência do cálculo em vista da análise das contagens’” (MARTIN, 2001, p. 21).

A culminância desse processo seria a relativa autonomização da disciplina frente ao poder político, o que propiciou o início da padronização internacional das formas de aferição para fins comparativos. Os organismos estatísticos internacionais iriam, gradativamente, afrouxando os laços que historicamente os uniam aos governos:

[...] ao menos em parte, a produção das estatísticas se tornou um fim em si, destacado das preocupações gestionárias e administrativas imediatas, em todo caso não imediata nem necessariamente ditadas pelo poder político central. Ao se reunirem em escala internacional, os estatísticos deram nascimento a diversas nomenclaturas destinadas a facilitar as comparações internacionais de dados: as classificações internacionais das doenças, as causas dos óbitos são por exemplo saídas dos congressos do ISS [Institut International de Statistique] (MARTIN, 2001, p. 25).

Todavia, no Brasil recém-independente, ainda era muito forte a vinculação entre dados estatísticos e poder político. Quanto ao processo de padronização, veremos como essa preocupação já era observada no plano da Província do Rio Grande do Sul. Existiam, portanto, correspondências entre o desenvolvimento geral dos mecanismos estatísticos e particularidades locais vinculadas a diversos aspectos que serão oportunamente abordados.

O uso político dos dados era muito evidente, embora, paradoxalmente, “embalado” em um discurso que se pretendia superior. Argumentava-se com base na **razão**, que se contrapunha à irracionalidade das paixões. E nada melhor do que a pretensa frieza dos números para justificar as ações. Conforme Senra (2009, p. 30):

As estatísticas, como números capazes de revelar os Estados —, suas populações, de *per se*, e em suas relações (sociais e econômicas), posicionadas num território —, são bastante utilizadas e valorizadas nas argumentações, especialmente nas de natureza política. Contra a verdade das estatísticas, que mais e mais pontilham as argumentações, reduzindo polêmicas, calando e ironizando adversários, não haveria argumentos; as paixões cederiam lugar à razão.

O autor refere-se ao Brasil monárquico, mas, em certa medida, a ideia por trás da expressão ainda é vigente até hoje, no sentido de que é necessário embasar decisões políticas com argumentos técnicos revestidos de uma natureza apresentada como imparcial.⁷

O desenvolvimento da estatística no contexto brasileiro oitocentista sofria de dificuldades de diversas origens. À escassez de pessoal minimamente qualificado, somava-se, por exemplo, a tradicional

⁷ A questão da combinação entre considerações técnicas e políticas será retomada na conclusão.

desconfiança quanto aos registros, sobretudo em relação ao recrutamento militar. Em um Estado em formação, isso era problema grave. Por outro lado, o estabelecimento de vínculos legais poderia trazer compensações que contrabalançariam aquela dificuldade:

Diante dos Estados Nacionais, poderosos, tendo a posse legítima da violência, as informações eram obtidas e anotadas, os registros elaborados. No início, a prática é obrigatória, sem espaço de negações. Vencidos os primeiros instantes, pouco a pouco, os indivíduos percebem a importância de estarem inscritos, tornando-se cidadãos, e até passam a revelar-se voluntária e, fator relevante, corretamente (SENRA, 2006, p. 38).

A conquista da cidadania plena, em uma sociedade marcada por uma hierarquização radical, com vários estratos entre a dicotomia básica livres/escravos, era importante. Se, do ponto de vista da população, era ambíguo o entendimento sobre as enquetes, para a organização estatal eram vitais, ou, pelo menos, assim propagandeadas.

Em uma das províncias de situação mais delicada, pelas razões apresentadas, a demanda pelo conhecimento assumia relevância crescente. Trabalhos de coleta de dados acerca do território e da população, entretanto, já haviam sido efetuados desde o século anterior. Albano Gaspar de Oliveira sintetizou o recorrido histórico dos esforços para organizar os dados estatísticos referentes ao Rio Grande do Sul do final do século XVIII até meados do XX. Ele resumiu as principais iniciativas dos governos coloniais, do Império e das primeiras décadas da República, para obter e registrar informações — sempre esparsas — sobre a Província (OLIVEIRA, 1969). O principal destaque de sua obra, editada pela primeira vez em 1938, é a figura do Conselheiro Antonio Manuel Correa da Câmara, que, depois de 1845, encerrada a guerra civil, foi encarregado de organizar a estatística do Rio Grande do Sul, e o fez com esforço e competência posteriormente reconhecidos.⁸ Se, em termos de planos estatísticos, o trabalho de Correa da Câmara merece destaque, isso também se dá porque foi melhor documentado e chegou até nós. Pouco se sabe sobre seus antecessores, porque, de fato, as fontes são precárias nesse sentido.

Registra-se o trabalho pioneiro, publicado em 1822-1823, em caráter pessoal, de Antonio José Gonçalves Chaves, especialmente em sua quinta memória (**Sobre a Província do Rio Grande de São Pedro em Particular**), na qual, entre outras informações, traça quadros do movimento comercial, especialmente de exportações e importações (CHAVES, 1978, p. 101-219). Além dele, eventualmente é referenciada a proposta do membro da junta governativa e depois deputado Francisco Xavier Ferreira, igualmente de 1822, bem como notícias das atividades do coronel José Pedro Cezar, que foi encarregado da estatística provincial entre 1826 e 1830 (OLIVEIRA, 1969; SENRA, 2006, 2009). No final do século XVIII e início do XIX, aliás, havia vários militares envolvidos na coleta de dados, talvez os únicos com alguma formação que atendia às necessidades básicas das tarefas requeridas, como topografia, mineralogia, meteorologia, etc.

De qualquer forma, os resultados eram precários. Nas palavras de Oliveira, os dados constituíam “[...] simples documentos de expressão parcial da vida regional [...]” até 1833, “[...] quando resolveu o Conselho Administrativo confiar ao bacharel português José Marcelino da Rocha Cabral, a organização da Estatística da Província” (OLIVEIRA, 1969, p. 8). O que distinguiria Cabral, mais do que eventuais atributos pessoais, parece ser o fato de que sua nomeação foi mais institucionalizada e com vistas a um trabalho mais

⁸ O trabalho de Correa da Câmara também foi bastante destacado por Nelson Senra (SENRA, 2006, 2009).

sistemático. Ademais, ela se deu no contexto do processo de construção da Nação sob o influxo liberal, durante o período inicial das regências. Essa quadra histórica marca grandes distinções em relação à época ainda próxima, mas politicamente antagônica, do primeiro reinado; bem como da fase posterior, o chamado regresso conservador. O próprio plano de estatística em análise demarcará algumas dessas diferenças.

Enfim, apesar das dificuldades, a necessidade criou, no Rio Grande do Sul, o que Senra chama de “espírito favorável à elaboração das estatísticas”, cujo reconhecimento, pelas tentativas apresentadas, o autoriza a falar em tradição rio-grandense na área (SENRA, 2006, p. 108), da qual Cabral seria partícipe.

Quem foi José Marcellino da Rocha Cabral?

O português José Marcellino da Rocha Cabral⁹ formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Na década de 20 do século XIX, envolveu-se nos conflitos políticos que dividiram o País a partir da Revolução do Porto. Sempre esteve perfilado com os liberais constitucionalistas, e a ascensão dos conservadores liderados por D. Miguel, ao final da década, obrigou-o, segundo seu próprio relato, a exilar-se em 1831. No Brasil, dirigiu-se inicialmente ao Rio de Janeiro, onde, por suas boas relações com patrícios recém-imigrados, além de outros já radicados há mais tempo, foi indicado para um trabalho no Rio Grande do Sul.

Na cidade de Rio Grande, principal centro provincial do comércio de exportação e importação, organizava-se, no ano de 1832, a Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense. Tratava-se de uma entidade empresarial cujo objetivo era incentivar e fomentar o desenvolvimento da Província em todos os ramos. Contava, no seu grupo de sócios, com pessoas de diversas áreas de atividades, mas o comando era, inegavelmente, dos comerciantes da região portuária. Cabral foi contratado para elaborar os estatutos da associação, além de organizar e redigir o jornal a ser lançado pela instituição logo em seguida: **O Propagador da Indústria Rio-Grandense**.¹⁰

Durante o período de permanência no Rio Grande do Sul, o bacharel foi personagem bastante atuante na vida social e política da Província. Politicamente, definia-se como um liberal moderado, defendendo a monarquia constitucional e parlamentar. Contudo, essa “moderação” não se confundia com falta de aptidão para o debate, pois era um tipo opinático, posicionado, e mesmo seus trabalhos que se pretendiam mais “técnicos” não deixavam de refletir seus pontos de vista. Era um inimigo do absolutismo, que identificava no miguelismo e no período colonial. Contudo, também combatia o liberalismo exaltado e o republicanismo, o que o tornou, claro, um inimigo de primeira hora dos farroupilhas. Sua formação ampla, demonstrada nos textos do jornal, e confiabilidade política, lhe valeram, da parte do Presidente da Província, Antonio Rodrigues Fernandes Braga, a comissão para executar a estatística completa da província meridional.¹¹ Assumindo a tarefa, Cabral renunciou à direção e redação do periódico da Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense, que deixou de circular em 1834.

⁹ Nelson Senra comete um engano, chamando-o de José Marcelino da Costa Cabral (SENRA, 2006, 2009).

¹⁰ Um estudo sobre a Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense e sobre o seu periódico foi realizado por Álvaro Klafke (2006).

¹¹ O convite, entretanto, segundo alega, lhe fora feito antes. Em obra posterior, relatando seus afazeres na Província, citava “[...] a árdua comissão de organização da estatística, para a qual nos convidou o presidente Galvão, por deliberação do conselho administrativo, que foi depois confirmada nas presidências dos Srs. Marianni e Fernandes Braga” (CABRAL, 1839, p. 20). Manuel

É de registrar-se que a passagem desse personagem no sul do Império deu-se em momento extremamente conturbado. Ele atuou em plena crise que antecedeu ao movimento farrapo, e muito do que escreveu, inclusive no plano de estatística, revelava algo, ainda que implicitamente, daquele contexto. Assumindo posições claras, pagou o preço de ter que se retirar da Província. Quando da tomada de Porto Alegre pelos opositores, depondo o Presidente Braga, esse se transferiu para Rio Grande e, logo depois, deixou a cidade em direção ao Rio de Janeiro. Cabral o acompanhou no mesmo navio, encerrando sua aventura sulista.

De retorno à Corte, exerceu várias atividades. Fundou, junto com outros sócios, um periódico bastante importante, o *Despertador*, do qual foi diretor e redator. Demonstrativo de seu protagonismo social e cultural no Rio de Janeiro, além disso, foi sua presença como membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da primeira comissão de redação da revista do IHGB. Contaram com sua iniciativa e liderança, também, duas entidades muito relevantes para a comunidade lusitana do período, e que persistem até hoje: o Real Gabinete Português de Leitura e a Sociedade Portuguesa de Beneficência. Sua inserção nos círculos dos compatriotas foi uma constante, e a afirmação da identidade portuguesa, a despeito dos trabalhos públicos a serviço do Brasil, sempre reiterada. Em 1838, sua carreira atingiu o ápice, pois então exercia o cargo de Cônsul de Portugal junto à Corte Brasileira. Durante essa segunda passagem pela capital do Império, Cabral, graças, talvez, à divulgação do trabalho realizado no Rio Grande do Sul, foi convidado para organizar a estatística da Província do Rio de Janeiro em 1836, mas não há notícia, até o momento, da sua aceitação ou da realização de qualquer atividade nesse sentido (CABRAL, 1839, p. 46).

Sobre a parte final da existência do bacharel, não se sabe muito. O *Despertador* foi à falência em 1841, fazendo com que ele tivesse um baque financeiro que o obrigou a ir tentar a vida como advogado em Diamantina, Minas Gerais, onde parece ter trabalhado até 1849. Por fim, retornou ao Rio de Janeiro, falecendo pobre em 1850.

Alguns pontos desta sucinta nota biográfica devem ser ressaltados, pois esclarecem características peculiares, reiterações e eventuais ausências ou diminuições de ênfase em aspectos de seu plano estatístico. Além disso, muito das dificuldades da empreitada e do resultado final — ou da falta desse — vinculam-se a traços da trajetória pessoal de José Marcellino da Rocha Cabral. Ele pode ser caracterizado como um típico homem de seu tempo que, pela sua formação — no contexto do reformismo ilustrado —, contatos e atividades, lograva combinar o poder da palavra impressa com a presença ativa em variadas formas de sociabilidade institucionalizada (MOREL, 2005, p. 171). Em seu tempo de Rio Grande do Sul, podia ser considerado um daqueles redatores de província aos quais se refere Ilmar Mattos, cuja ação contribuía para “[...] a superação das concepções localistas e particularistas em proveito de uma concepção de vida estatal” (MATTOS, 2004, p. 224-225). Era, nesse sentido, também um dos construtores do Estado e da Nação. Contudo, havia duas particularidades importantes, já citadas, que se sublinharão para a elas voltar mais tarde: era português, portanto um estrangeiro; e absolutamente comprometido politicamente com o liberalismo moderado e, sobretudo, com a centralização imperial.

Antonio Galvão (de 11 de julho de 1831 a 24 de outubro de 1833) e José Mariani (de 24 de outubro de 1833 a 2 de maio de 1834) antecederam a Antonio Rodrigues Fernandes Braga (de 2 de maio de 1834 a 21 de setembro de 1835).

Sobre a estatística da Província de São Pedro

Na monumental obra que realizou sobre as estatísticas brasileiras, Nelson Senra, discorrendo sobre o Rio Grande do Sul, cita o trabalho de Cabral e lamenta: “Em junho de 1834, sabe-se que remeteu relatório ao referido conselho, dirigido ao presidente, dando conta dos planos de trabalho, mas, infelizmente, não se conhece o conteúdo do mesmo” (SENRA, 2006, p. 107). Trata-se do documento aqui analisado, disponível na Biblioteca Nacional de Portugal. O relatório é, por inúmeras razões, de inegável valor histórico, mas destacam-se duas que dizem respeito, mais de perto, aos objetivos deste texto: pelo que informa acerca da visão de planejamento dos construtores do Estado imperial; e pelas relações que permite estabelecer entre propostas de estatísticas e conjuntura social e política, ressaltando a historicidade de um campo de ação importante para a vida das sociedades. Por isso, será largamente referenciado nesta seção.

Cabral estava fazendo uma espécie de prestação de contas, que pretendia ser

[...] não uma simples resenha dos dados já coligidos, mas o relatório de quanto tenho projetado e conseguido; compreensivo ao mesmo tempo das relações em que considere a matéria, dos motivos que me determinaram na escolha dos elementos que lhe são subordinados, e dos meios de que lancei mão para chegar ao conhecimento dos fatos, e para poder aplicá-los útil e convenientemente (CABRAL, 1836, p. 3).¹²

Após esse preâmbulo, ele fundamentava teoricamente a sua tarefa:

Eu considero como fim imediato da Estatística o conhecimento da riqueza e da força dos Estados, e como meio de chegar a este resultado a estimação analítica de todos os elementos daquela riqueza e daquela força; não absolutamente, mas em relação à composição, e ao aumento do Poder Nacional (CABRAL, 1836, p. 3).

Aqui, como em outros momentos, a referência é, sobretudo, o Estado, sem mencionar a sociedade, elemento que já começava a ser mais considerado na Europa neste momento (MARTIN, 2001, p. 14). Quando esta última aparecer, será sempre de maneira subordinada aos ditames do poder.

Ele sustentava que fazia a divisão dos objetos concernentes à “ciência da Estatística” segundo foram surgindo “na ordem da existência”: primeiramente o território, “nas suas diferentes qualidades físicas, que determinam a sua utilidade para o uso dos homens (CABRAL, 1836, p. 3). Segue-se a população, “considerada em todas as suas relações com o Poder Público; porque sem população não há Estado nem força social, ficando baldadas todas as vantagens naturais do território” (CABRAL, 1836, p. 3). Depois, viria a indústria,

[...] nos seus diversos ramos, meios e resultados, por ser um efeito da ação combinada, por uma parte, da força produtiva do solo com a utilidade direta dos compostos e produtos naturais; e por outra, da inteligência, e do trabalho do homem, e da aplicação por ele feita das Leis físicas da Natureza aos seus usos e comodidades (CABRAL, 1836, p. 3).¹³

Por fim, acrescenta “o importante objeto das rendas públicas”, equivalente à “soma dos contingentes das rendas e dos capitais particulares para as despesas públicas e gerais da sociedade” (CABRAL, 1836, p. 4). Essa classificação básica subdividia-se, obedecendo ao seguinte esquema:

1. Estatística Física: 1.1: território; 1.2: clima.

¹² As citações do documento tiveram a grafia atualizada, sem outras alterações do texto.

¹³ Nunca é demais lembrar que **indústria**, na época, se referia a todos os ramos da atividade produtiva.

2. Estatística Política: 2.1: história do descobrimento, da povoação, e fixação dos limites, e do governo da província; 2.2: religião, moral, costumes; 2.3: idioma; 2.4: população — recenseamento; 2.5: força armada; 2.6: expostos, e estabelecimentos de caridade; 2.7: colonização, e importação de estrangeiros; 2.8: índios — povos de missões. 2.9: educações, ciências e belas artes. 2.10: divisão judicial, municipal, e eclesiástica da província. 2.11: estatística judicial, criminal e civil.
3. Estatística Industrial: 3.1: agricultura (que Cabral também associa, de forma mais abrangente, com “economia rural”); 3.2: indústria fabril; 3.3: comércio.
4. Estatística fiscal, e administrativa.

Iniciando o plano pela **Estatística Física — território**, o comissionado relatava as dificuldades de obtenção de dados e o que fazia para superá-las, ainda que parcialmente. Argumentava que a organização de uma estatística, considerando, por exemplo, unicamente a parte “física”, e dessa, somente o território já exigiria grandes trabalhos anteriores de quase todas as ciências físicas e matemáticas. “Não existindo aqueles trabalhos, como desgraçadamente acontece nesta Província [...]”, o remédio seria “[...] não desprezar os meios de coligir os poucos dados existentes” (CABRAL, 1836, p. 4). Para tanto, ele afirmava que solicitara a diversos setores da administração mapas designados (geográficos, topográficos, hidrográficos), bem como “[...] outros quaisquer trabalhos de semelhante natureza levantados sobre a Província” (CABRAL, 1836, p.5).¹⁴ Entre esses trabalhos, Cabral valorizava a obra dos cientistas viajantes, como Saint-Hilaire. Mais particularmente, analisava os resultados das explorações do botânico e naturalista alemão Friedrich Sellow, cuja passagem pelo Brasil entre 1814 e 1831, principalmente entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul, rendera um volumoso conjunto de observações sobre o ambiente. Como se tratava de acumular informações, Cabral também procurava ter acesso ao trabalho do Coronel José Pedro Cezar, “quando ocupado nesta mesma comissão” (CABRAL, 1836, p. 5), isto é, o seu antecessor.

Além dos estudos e dos contatos, o bacharel iniciou viagens de observação, informando ter visitado “as Lavras do ouro do Camaquã, e outros lugares ricos daquele e de outros minerais” (CABRAL, 1836, p. 5). Aliás, ele parecia ser particularmente interessado pela mineração e apostava em seu desenvolvimento, pois discorreu longamente sobre o tema e se preocupou em definir a tributação sobre a extração. Nesse caso, suas esperanças foram baldadas.¹⁵ Não deve haver surpresa nisso. Esse trabalho, no período, e notadamente no Brasil, era realizado por pessoas de certo saber universal reconhecido, bem relacionadas, detentoras da confiança dos escalões de governo. Estava-se distante da profissionalização e da especialização institucionalizada somente no século seguinte. Por enquanto, havia muito de necessidade, vontade e boa dose de improviso (SENRA, 2006). O próprio andamento da atividade, ao que parece, se tivesse seguimento, ajudaria a formar quadros. Cômico de suas carências em relação a diversas questões, o advogado a quem fora confiada a organização dos dados que comporiam a estatística provincial preocupava-se com a formação de uma biblioteca de apoio, remetendo

¹⁴ Alguns exemplos de mapas e tabelas enviados para preenchimento por Cabral encontram-se em FEE (1981, p. 52-56).

¹⁵ Em relação a este assunto, a posição de Gonçalves Chaves, escrevendo mais de dez anos antes, parece mais realista. Ele criticava duramente um projeto de exploração de ouro em Caçapava, questionando: “De que nos servem as minas de ouro se não temos base em agricultura e, por consequência, não temos indústria que sustente nossas máquinas representativas na circulação interior?” Para o autor, a pecuária e a agricultura é que seriam “nossas minas”. Acrescentava, ainda, que havia outros minerais na província (salitre, carvão de pedra, ferro, etc.), devendo ser explorados conforme a demanda (CHAVES, 1978, p. 123-124).

[...] as ordens mais ilimitadas, e as recomendações mais positivas para diferentes pontos do Império, e da América, e mesmo para a Europa, para se comprar quaisquer obras, e adquirir quaisquer documentos que compreendam dados aproveitáveis sobre este objeto [produtos naturais]; assim como sobre todos os outros elementos da Estatística com aplicação a esta Província (CABRAL, 1836, p. 5).

Cabral buscava assessorar-se com profissionais de diferentes áreas, de acordo com as necessidades, conforme se depreende do excerto em que abordava os fatores climáticos: “Na interessante parte da influência do clima na vida, e saúde dos homens, dirigi-me aos Médicos da Província de que tenho conhecimento, invocando a sua humanidade, patriotismo, e ilustração; e tenho razões de esperar dali mui interessantes comunicações” (CABRAL, 1836, p.6). Passagens como essa demonstram, recorrentemente, as preocupações com a construção de um conhecimento bastante amplo, mas dividido em campos específicos, sobre o território em sua interação com o povo constituinte da Nação.

A segunda parte, **Estatística Política**, era a mais extensa e subdividida. Iniciava pela **história do descobrimento, da povoação, e fixação dos limites, e do governo da província**. Procurava-se justificar o título:

A História não tem uma relação direta com a Estatística, porque aquela ocupa-se do passado, e esta só consiste na análise dos elementos atuais da riqueza e do poder; mas uma notícia do estabelecimento do Estado, dos acontecimentos que tem precedido a fixação de seus limites, servindo para provar o direito territorial, e fazendo ao mesmo tempo conhecer a origem da população que domina o território, e o grau de sua energia, seu valor e suas virtudes cívicas e militares, e as épocas e os meios do desenvolvimento da produção, tem também lugar em uma obra desta natureza, porque concorre para melhor chegar ao seu fim e resultados (CABRAL, 1836, p. 7).

Para além da necessidade de conhecimento elementar sobre o território e a população, neste ponto Cabral deixava aflorar preocupações muito difundidas no período. Por um lado, há a questão geral, comum aos Estados em formação, da problemática da fixação dos limites, na qual a história pregressa deveria servir de “prova” a dirimir controvérsias e litígios. Isso assumia particular relevância na província sulina, palco de contendas seculares entre os impérios ibéricos, mesmo após a independência, com fronteiras indefinidas até a segunda metade do século XIX. Por outro lado, o texto mostra certa dúvida, ou mesmo inquietude, em relação às virtudes da população. Nota-se que não há uma afirmação categórica a respeito da bravura e fidelidade do povo à Nação, como seria de se esperar, em uma manifestação dessa natureza e no contexto de formação da nacionalidade. Se o bacharel achava necessário aferir o “grau de sua energia, seu valor e suas virtudes cívicas e militares”, é porque já se vivenciava o clima conflituoso imediatamente anterior ao movimento que acabaria por depor o Presidente Fernandes Braga, dando início à guerra civil no Rio Grande do Sul. Era voz corrente, conforme demonstra a imprensa do período, que uma divisão política séria estava cindindo as elites provinciais. Tal situação, junto com a lembrança ainda muito viva da derrota imperial na Guerra da Cisplatina, na qual lideranças sul-rio-grandenses foram acusadas de se omitirem, ou mesmo de favorecer o inimigo, ajuda a entender as reservas do autor (KLAFKE, 2014). Ou seja, é perceptível que elementos conjunturais acabavam por influenciar um trabalho que, a princípio, deveria revestir-se de um caráter mais permanente. Não faz sentido, de fato, perscrutar sobre a “energia” ou o “valor” de qualquer povo. O momento político, aqui, deixava marcas no planejamento “estatístico” de José Marcellino da Rocha Cabral.

Outra situação demonstrativa da relação entre a conjuntura vigente e o plano de conhecimento proposto surge no tópico **religião, moral, costumes**. Era dito que, em princípio, esses temas poderiam

parecer alheios ao trabalho em desenvolvimento. Contudo, nas mãos da autoridade, seriam meios poderosos e eficazes de enquadramento social, pois

[...] facilitam o legítimo crescimento da população, e promovem com os hábitos do trabalho o desenvolvimento da produção; que apertam os vínculos da associação, e asseguram os direitos públicos, e individuais; e ainda mais quando se advertir, que a Religião é um dos objetos consideráveis de aplicação das rendas públicas; e que ao Culto são destinados edifícios, e outros valores do Estado (CABRAL, 1836, p. 8).

Cabral possuía uma visão muito clara da relação estreita que existia, no período, entre o Estado imperial e o catolicismo, e de certa forma, sem deixar de reconhecer os efeitos positivos da religiosidade, pretendia disciplinar e controlar melhor esse vínculo. Por isso, solicitava informações precisas, dos vigários e autoridades eclesiásticas de todas as comarcas,

[...] sobre o número, e estado das igrejas, e de quaisquer outros edifícios destinados ao Culto Público; importância e suficiência dos meios, que lhes são aplicados; importância anual das côngruas, benesses, e quaisquer direitos paroquiais; quantos cemitérios públicos, e particulares existem, se há livros de assentamentos dos nascimentos, óbitos, e casamentos, escriturados em devida forma, e com exatidão (CABRAL, 1836, p. 8).

Parece haver aqui um movimento tímido, mas que demarcaria um início de afastamento, certa laicização do Estado — representado pelo governo provincial — que culminaria com a crise do final do Império. Tratava-se, novamente, de procurar conhecer para melhor controlar, no caso, a atuação da Igreja, e Cabral retornaria ao tema.

Em uma província limítrofe, sujeita a contatos pouco controlados com falantes de outra língua, além dos imigrantes, o tema do **idioma** não ficaria de fora. Nesse sentido, deveria constar no plano

[...] uma notícia filológica, compreendendo o estado da linguagem nesta parte do Império, a sua tendência particular, o seu grau de pureza, e as suas aberrações do idioma nacional; e para este fim tenho pedido a grande número de professores, e a outras pessoas instruídas, a comunicação de suas observações, que devem ampliar e ratificar aquelas que eu mesmo tenho feito (CABRAL, 1836, p. 9).

A uniformidade linguística era uma questão importante para a formação e legitimação do Estado nacional.¹⁶ No Brasil, o problema não seria o da imposição de um idioma regional sobre outros distintos, pois havia a vantagem de o português ser a língua de todas as províncias. Entretanto, era grande o número de africanos, indígenas e europeus, todos de diversas etnias, que todavia utilizavam seus idiomas de origem. Ademais, a própria língua portuguesa tinha variações consideráveis, na fala e na grafia, e então a demanda de padronização — para corrigir as suas “aberrações” — tocava, como se percebe, na questão emblemática da educação.

Do idioma, Cabral passava ao tópico central da **população — recenseamento**. Iniciava essa seção lembrando que o recenseamento, “como demonstrativo do pessoal”, é a parte essencial da Estatística, não só em termos numéricos absolutos, mas visto em “[...] suas relações com a extensão, e partes do território; com os nascimentos, casamentos, e mortalidade; e com os sexos, idades, força armada, e classes ou profissões sociais; porque todas estas relações devem influir para **determinar a composição, e o**

¹⁶ Uma das obras que mais ressalta esse aspecto é a de Benedict Anderson, **Comunidades Imaginadas**. A Nação moderna, para o autor, desfeitos os laços tradicionais mais próximos, teria de “imaginar-se”, coletivamente, em novos moldes. A identificação entre pessoas distantes, desconhecidas, a partir do reconhecimento de partilharem da mesma nacionalidade, só era possível através de mecanismos que possibilitassem uma sensação de comunhão, como, por exemplo, o fato de lerem os mesmos jornais e romances. Nesse sentido, o que o autor denomina *printcapitalism* desempenhou papel crucial, na medida em que possibilitava o compartilhamento cultural, ao mesmo tempo em que padronizava a língua. A tese merece ressalvas quanto à sua aplicação na América e no Brasil mais especificamente, pelo pouco desenvolvimento local da imprensa capitalista. Ainda assim, é uma referência importante na relação linguagem/nacionalismo (ANDERSON, 2008).

quantitativo da força, e do poder do Estado” (CABRAL, 1836, p. 9, grifo nosso). Força e poder, necessidades que pareciam estar sempre presentes no pensamento do planejador, eram imperativos de uma época de acirramento da competição internacional, conforme salientado anteriormente, quando foi referida a obra de Eric Hobsbawm. Ele lidava com uma situação que unia, ao pressuposto geral da rivalidade externa, materializada no Brasil, principalmente nas guerras platinas, a conjuntura específica de conflito interno. Esses dois planos de dificuldades, é bom lembrar, nunca estiveram dissociados. A centralidade deste tema retornará, no relatório, no quesito especial sobre a força armada. Premissa básica na constituição de qualquer Estado, o conhecimento da população, no Brasil, revestia-se de uma dificuldade adicional, ligada a uma peculiaridade nacional: a força do sistema escravista. O grande número de cativos e a diversidade étnica eram destacados: “[...] as diferenças das cores, e suas combinações e movimento; e sobretudo a separação das condições de liberdade, e cativo, por mui óbvias razões, são novos e essenciais pontos de vista em que deve a população ser considerada” (CABRAL, 1836, p.9).

Um dos temas mais presentes nos debates públicos da época era o da nacionalidade, pois formalmente havia uma nação independente e soberana chamada Brasil, mas quem eram os brasileiros? Vivia-se um período em que ainda eram difusas e divergentes as interpretações sobre os vínculos civis e políticos que os estrangeiros haveriam de manter com o Estado. No plano estatístico, isso surgia nos desdobramentos do recenseamento: “Na classificação das ocupações, e misteres industriais, fiz separação especial dos nacionais e estrangeiros, porque esta diferença, conveniente em qualquer Nação, é da maior importância, e de indispensável necessidade para as nações que começam a existir como o Brasil” (CABRAL, 1836, p. 9-10). Invariavelmente, surgia a menção ao início, ao inédito, a um tempo novo. De fato, desenhava-se um tempo histórico distinto, cujo direcionamento era disputado. Ele portava muito de novidade, ou assim era percebido, mas guardava, no essencial, características do período que o antecederia (MATTOS, 2004).

Em relação ao tópico **força armada**, Cabral foi particularmente minucioso. Iniciava reiterando que esse objeto era o que tinha relação mais direta com as finalidades do planejamento estatístico, porque aferia o elemento garantidor da própria existência da Nação: “A força armada no estado atual das nações é essencial (e em todos os tempos o tem sido) para a conservação da ordem pública, e da existência nacional” (CABRAL, 1836, p. 11). Se a insuficiência dos seus meios e recursos era comprometedor, por outro lado, “[...] a sua demasia numérica, absorvendo e consumindo a substância do Estado, sacrificando as gerações, e distraíndo excessivamente os braços da produção industrial” tampouco seria positiva (CABRAL, 1836, p. 11).

Registrada a centralidade da questão, a **força armada** deveria, assim, ser analisada:

1º. em quanto ao número do efetivo comparado com a população absoluta, e com as idades dentro dos limites do recrutamento; 2º. na despesa do pessoal, e do material do exército, tanto a respeito de sua suficiência para as necessidades do mesmo exército, segundo os preços do consumo, como em relação às faculdades pecuniárias, e às necessidades da Nação; 3º. nas diferentes milícias, e diferentes armas, e na **organização dos corpos**, e sua conveniência com as **circunstâncias peculiares** do Estado; 4º. em quanto ao estado moral, e disciplina; 5º. na maneira de fazer o recrutamento, e seus resultados na composição do pessoal do exército; 6º. em sua relação de suficiência com as necessidades de polícia interior, e da defesa exterior, tendo em vista as **circunstâncias peculiares dos limites, e fronteiras, e o estado das relações políticas com as nações limítrofes, e as forças dessas mesmas nações** (CABRAL, 1836, p. 11-12, grifo nosso).

Para além dos embaraços tradicionais que historicamente os censos sofriam pela desconfiança em relação ao recrutamento militar, o relatório, nessa parte, tocava em questões delicadas. Quanto à

organização dos **corpos**, a dificuldade era a independência que a Guarda Nacional demonstrava, sobretudo de parte dos comandantes de fronteira.¹⁷ Numa época em que as chamadas “tropas de linha” regulares se estavam reorganizando, isso era um problema sério para a centralização. Outra preocupação muito evidente dizia respeito à posição peculiar da Província, em termos geopolíticos. Era preciso saber das forças contrárias e estar atento ao nível de tensão política. Desse conhecimento dependeria a avaliação das necessidades do contingente nacional na região. Esse cuidado especial se reiterou no tempo: o Rio Grande do Sul, tradicionalmente, concentrou a maior parte da força militar do País até a segunda metade do século passado. Depois de dar conta das providências que estava adotando para a obtenção de dados, o autor sublinhava novamente a necessidade da observação cuidadosa da “[...] política externa peculiar a respeito da Província” (CABRAL, 1836, p. 12). Ele dava mostras, por um lado, de uma preocupação constante com o papel que o Rio Grande do Sul representava frente a um desiderato fundamental à construção do Estado nacional: a demarcação das fronteiras. Por outro refletia, como em outros momentos do texto, a inquietude com a divisão latente das elites locais.

Das considerações propriamente políticas, Cabral passaria a um tema mais social, o dos **expostos, e estabelecimentos de caridade**, mas que mereceria, como tudo, um tratamento político:

Os expostos entram em uma Estatística não só como uma porção da população do Estado, e como um elemento do seu futuro poder, mas igualmente como um dado para julgar do estado da moral pública, e como um objeto de despesa nacional, que deve ser atendido, e deve influir na confecção das Leis regulamentares das Municipalidades, da educação pública, e de outros muitos ramos da Legislação (CABRAL, 1836, p. 12).

Havia uma designação clara da responsabilidade coletiva pelos órfãos ou abandonados. No mesmo sentido era a sua manifestação acerca dos estabelecimentos de caridade — origem das Santas Casas de Misericórdia — como locais onde os desvalidos iam buscar socorro público, e cujo atendimento era obrigação da sociedade. Ademais, o conhecimento minucioso das condições de tais instituições — e, sobretudo, das pessoas ali atendidas —, como em outras questões elencadas, serviria como instrumento de aferição do “[...] grau de civilização, o poder da sensibilidade, e do instinto social, a distribuição das riquezas, os efeitos das leis de polícia, e da educação, e instrução pública e particular” (CABRAL, 1836, p. 13). Para além da subjetividade implícita com relação a aspectos como **civilização** ou **sensibilidade**, é interessante observar que, para Cabral, numa época de absoluta carência de informações socioeconômicas, os registros detalhados poderiam contribuir para municiar o poder público com vistas à ação político-administrativa.

Discorrendo sobre **colonização, e importação de estrangeiros**, o tom era mais peremptório:

O meio direto da colonização não tem, segundo o meu pensar, resultados tão prontos e eficazes para o crescimento progressivo da população, como os meios indiretos das boas Leis, que assegurando uma justa liberdade, a vida, a propriedade, a indústria, e todos os direitos individuais, convidam os estrangeiros que nas suas pátrias não gozam aquela proteção (CABRAL, 1836, p.13).

Tema delicado da realidade social da Província, o bacharel criticava os projetos de colonização, como aquele, por iniciativa imperial, que trouxera os alemães a partir de 1824. Para ele, o melhor sistema era o da imigração espontânea. Contudo, não podia negar um fato estabelecido, então contemporizava, pois

¹⁷ A Guarda Nacional foi uma força criada em 1831, basicamente devido à desconfiança que os liberais, então no poder, após a Abdicação, mantinham em relação à fidelidade das tropas regulares, comandadas, em grande parte, por estrangeiros ligados a D. Pedro I. Era composta pelos cidadãos e comandada pela elite civil.

[...] nem por isso aquele meio direto deixa de ser de inegável interesse social; nem pode ser excluído do plano de uma obra, cujo fim é não só fazer a estimação do poder existente do Estado; mas também apresentar os fatos, que mostram o seu movimento crescente, e progressivo, estando estacionário, ou decrescente. Sobre este assunto tenho pedido, e continuarei a pedir informações, particularmente sobre a importante Colônia de São Leopoldo; e espero coligir dados bem decisivos para mostrar a utilidade de semelhantes estabelecimentos, e sobretudo para os progressos da Indústria, e da civilização (CABRAL, 1836, p. 13).

Os habitantes da região de colonização estavam, de certa forma, sob avaliação. Vários eram militares, veteranos das guerras napoleônicas, trazidos quando da disputa pela Cisplatina, que culminara com a derrota sofrida pelo Império em 1827. No novo contexto da Regência, ao lado de quem lutariam nos conflitos internacionais e internos? Uma situação específica, como a da colônia alemã, ocupava maior parte da reflexão do comissionado que o tema da imigração em geral. Sobre essa, era dito que, dos responsáveis pelo movimento do porto de Rio Grande, foram solicitadas “[...] relações das tripulações, e passageiros, para da sua combinação poder deduzir o movimento da população exterior, importada das outras Províncias, e de fora do Império” (CABRAL, 1836, p. 14).

Preocupação maior haveria com **índios — povos de missões**. A problemática indígena, ou seja, a forma pela qual as populações autóctones seriam incorporadas ao novo Estado surgia no plano de estatística através de questionamentos muito objetivos:

Qual a utilidade que se poderia tirar da população Indígena comparada com igual número de colonos do antigo continente? A população indígena semicivilizada, que vive dispersa pela Província está identificada, ou poderá identificar-se nos interesses, e em todas as relações sociais com a população nacional civilizada? Quais as causas do progressivo definhamento, e quase aniquilamento desses povos interessantes, que foram mais numerosos, mais civilizados, e mais ditosos debaixo do absurdo e degradante regime teórico¹⁸, do que o são hoje protegidos por Leis e Autoridades mais humanas e sociais? (CABRAL, 1836, p. 14).

Essas seriam questões importantes para a **Economia Pública da Província e do Império**, cuja solução deveria ser pensada a partir da estatística provincial. Para tanto, Cabral alegava manter contatos pessoais ou por correspondência com diversas pessoas ligadas, no presente ou no passado, com o território das Missões. Sua intenção, inicialmente, era saber mais, pois “não pode deixar de ter grande parte o conhecimento daqueles povos para a política, e para a filosofia do Gênero Humano” (CABRAL, 1836, p. 14). Além disso, se fosse possível, ele não deixaria de visitar “[...] aquele país histórico e por tantos títulos interessante” (CABRAL, 1836, p. 14). Ele se referia à antiga região missioneira com certo exotismo, confrontado com a “civilização”, o que já estabelecia uma ligação com o próximo item.

Os aspectos mais propriamente culturais, representados por **educações, ciências e belas artes**, claro, não estavam ausentes do amplo planejamento em curso. A justificativa para a valorização desses aspectos, no que se refere à ideologia do progresso e do avanço civilizacional, é uma pérola da argumentação oitocentista:

Uma das relações mais importantes da população é sem dúvida a da sua ilustração literária, e científica; pois que esta é, inquestionavelmente, um dos mais fortes agentes da riqueza, da força, e do poder, como atesta a História de todos os povos antigos e modernos; e porque ela faz a principal diferença da fraqueza e miséria das hordas selvagens, e dos povos bárbaros, e ignorantes, ao potente vigor, à abundância, e às comodidades das Nações civilizadas (CABRAL, 1836, p. 15).

Para averiguar a situação, nessas áreas, e ajudar a promover a marcha da diferenciação referida, ele afirmava estar de posse — pois obtivera das “Municipalidades” —, das relações de aulas, dos

¹⁸ Provavelmente houve aqui um erro de composição tipográfica. Onde lemos “regime teórico”, o autor deve haver querido grafar **teológico**, num acento positivista.

estabelecimentos de instrução públicos e particulares, do número de alunos e mestres e do vencimento dos professores. Além disso, estava pesquisando sobre o número de tipografias, oficinas de litografia e gravura, bem como acerca do comércio de livros e existência de bibliotecas privadas (CABRAL, 1836, p. 15). O interessante é que esta seção era encerrada da seguinte forma: “Reunidos que sejam estes materiais será comparada a população, e a riqueza literária com as de outros Estados antigos, e de recente organização, pelo auxílio das tábuas estatísticas deste gênero, de que abundam as obras desta Ciência” (CABRAL, 1836, p. 15). Objetivamente, é difícil imaginar como poderiam ser efetuados tais cotejamentos. A despeito disso, a passagem é relevante por dois aspectos: o primeiro é o reconhecimento de que a atividade estatística estava bem mais desenvolvida em outros países; o segundo é a reiteração da visão do conhecimento do País com o objetivo de diagnóstico para posterior intervenção. Daí a obsessão comparativa, que parece ser balizada por um grande questionamento de fundo: em que ponto se encontrava o Império, e mais especificamente a Província, na escala civilizacional?

As informações sobre **divisão judicial, municipal, e eclesiástica da província** — julgadas essenciais para o trabalho legislativo e da administração —, por estarem assentados “nos fatos positivos da divisão legal recentemente praticada, e constante de documentos existentes” (CABRAL, 1836, p. 16), estavam coletadas e organizadas. Esta parte do trabalho foi concluída, e ele não dava mais detalhes no documento (CABRAL, 1836, p. 16).

Sintético quanto à divisão legal, prolixo num tema que lhe era caro, a: **estatística judicial, criminal e civil** iniciava justificando que, à primeira vista, isso poderia parecer absolutamente estranho ao plano,

[...] porque os seus resultados não podem ter uma aplicação direta nos cálculos da força e da riqueza pública; mas, sendo o meio mais eficaz para se conhecer o estado da civilização, da moral, da segurança dos direitos, e da ação policial, não só tem lugar em um corpo de observações estatísticas, mas é mais do que todos fecundo em resultados, e aplicações para a filosofia social, e para a Legislação, e administração da justiça criminal, e civil; e particularmente para julgar da conveniência da nova forma judiciária, e das Leis penais com o estado moral e político da Nação (CABRAL, 1836, p.16).

De fato, após a Abdicação, uma maioria parlamentar liberal tratou de implementar uma série de reformas, entre elas, a elaboração do Código de Processo Criminal de 1832 (DOLHNIKOFF, 2005, p. 65). Havia, portanto, uma série de novidades jurídicas a entender, avaliar e organizar.

Aqui se manifestava o tino profissional desse bacharel em leis, pois ele, devido às “poderosas considerações” anteriormente citadas, achava por bem incluir essas questões, ainda que delas “[...] se não faça menção no Elenco de matérias que me foi comunicado por essa Presidência” (CABRAL, 1836, p. 16). O advogado e estudioso de Direito, assim, extrapolava a encomenda a ele feita e buscava informações detalhadas, junto aos agentes da justiça, acerca das demandas judiciais e dos nelas envolvidos. Numa época em que a Igreja exercia papel fundamental no controle social e mesmo em questões administrativas, como já referido, Cabral não esquecia, além do mais, de solicitar “[...] à Autoridade Eclesiástica a relação das causas que por sua natureza espiritual e canônica correm por aquele juízo” (CABRAL, 1836, p. 17). Não seria isso uma demasia, visto como intromissão excessiva? A absoluta falta de respostas, como ele relatará posteriormente, talvez responda à questão.

A terceira parte da divisão, **Estatística industrial**, reuniria os estudos sobre **agricultura (ou “economia rural”), indústria fabril e comércio**. De início, a recorrente menção ao progresso e à força: “Depois da população, na ordem da formação dos elementos da Riqueza e do Poder público, vem a indústria

nos seus diferentes ramos” (CABRAL, 1836, p. 17). Era então proposta uma inter-relação entre esses “ramos”. Como base, havia a atividade rural, passando em seguida para a indústria fabril, que operava “sobre valores já produzidos, em grande parte, pela Agricultura” e culminava com o comércio, o qual serviria para “[...] dar movimento e criar novos valores sobre os produtos da Agricultura e das Artes” (CABRAL, 1836, p. 17-18).

O que se evidencia, nesse ponto do relatório, é a desproporção entre os tópicos. Era sumária a descrição dos elementos a observar sobre agricultura e indústria fabril, ao passo que o comércio mereceria uma análise muito mais detalhada e deveria ser considerado sob três aspectos: sua “matéria”, seus “meios” e seus “resultados”. Em relação ao primeiro, compreenderia todos os objetos concernentes à importação, exportação e consumo comercial interno; quanto aos meios, tudo o que concorreria

[...] para o seu movimento, e transações — a navegação interior, e exterior; número de vasos, sua arqueação, e tripulações; estradas, canais, transportes, barcas, pontes, correios, praças, mercados, lojas, sociedades de seguros, bancos, e quaisquer estabelecimentos de negociação e movimento de fundos; meio circulante, e sistemas de pesos e medidas, e seus valores comparados com as diferentes medidas das outras nações comerciais e com os padrões geométricos, e invariáveis que se tem procurado determinar. (CABRAL, 1836, p. 18).

Finalmente, frente aos resultados, o comércio deveria ser considerado “[...] no balanço absoluto e geral, e nos balanços relativos a cada uma das Nações com que o Estado comercia; no aumento ou diminuição dos capitais; e na influência das Leis, dos tratados, dos impostos, e dos regulamentos, nos seus progressos, ou na sua declinação, etc.” (CABRAL, 1836, p. 18).

Um primeiro comentário que o excerto suscita é em relação à complexificação que a atividade comercial vinha sofrendo. Isso refletia, em certa medida, o processo internacionalizado de avanço do capitalismo industrial. Se, no Brasil, os sistemas de produção, para além do latifúndio escravista, eram acanhados, a atividade comercial e financeira não podia deixar de se modernizar, capacitando-se, ao menos, para a inserção nos fluxos externos. Além disso, o que ajudaria a explicar o privilégio que Cabral concedia ao comércio poderia ser a sua ligação com a Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense, instituição comandada por grandes comerciantes. Aqui, aparece um aspecto da formação do redator: ele se detinha mais sobre o que julgava melhor conhecer.

Outro ponto a ser destacado, na passagem, é a menção aos pesos e medidas, e à necessidade de sua padronização. Ele insiste, logo em seguida: “Especialmente a respeito dos pesos e medidas, V. Ex. sabe que eu pedi a essa Presidência o padrão das medidas lineares depositado no Arsenal dessa Capital, para ser comparado com as medidas dos Municípios da Província” (CABRAL, 1836, p. 18-19). Essa era uma questão relevante no período. A uniformização da enorme gama de medidas em torno do sistema métrico decimal chegou a ocasionar revoltas, como a conhecida como Quebra-Quilos, ocorrida na Paraíba em 1874-1875.

O último ponto abordado por Cabral era a **Estatística fiscal, e administrativa**. Como em todas as épocas e lugares, a tributação era um tema difícil e incontornável:

As rendas públicas são sem dúvida um dos principais elementos do Poder, e um meio essencial para obtenção dos fins da associação; mas este elemento (e tem também isto de comum com a força armada) não concorre para a formação do poder na razão da quantidade; e antes se converte em elemento de fraqueza, e de aniquilamento, se excede a justa medida do necessário, ou se são errados os meios e o modo do seu recolhimento (CABRAL, 1836, p.19).

O proponente do plano, preocupado com o desvio de capitais produtivos, cuidava de justificar a necessidade de equilíbrio entre a arrecadação e a aplicação dos impostos, o que considerava “verdades da Ciência Econômica”, cuja avaliação era “do ofício da Estatística” (CABRAL, 1836, p. 19). Nesse sentido, alegava ter solicitado aos órgãos competentes a soma anual dos rendimentos públicos e o valor discriminado de cada tributo recebido, bem como de suas aplicações. Ele reconhecia as dificuldades, mormente porque o País passava por alterações no sistema de tributação, portanto limitava a exigência ao ano financeiro de 1832-33. Contudo, fazia uma observação importante: “[...] como nesta parte da Estatística, bem como em outras, os resultados devem sair da comparação de diferentes épocas, e diferentes sistemas, logo que me sejam satisfeitos aqueles quesitos, serão repetidos, e ampliados a respeito de outras épocas e períodos, que segundo as minhas vistas convém comparar” (CABRAL, 1836, p. 19). Havia uma intenção comparativa com dados do passado, mas, sobretudo, uma aposta no futuro, pela perpetuação de séries estatísticas fundamentais à atividade de administração do Estado. Realmente, mais produtivo parecia ser a dedicação, doravante, ao preenchimento e arquivamento de tabelas de dados mais metodicamente arranjadas, pois a mirada ao passado fora decepcionante. Ao final de seu relatório, Cabral informava o que havia encontrado nos 54 maços de documentos “[...] resultantes dos trabalhos do Coronel José Pedro Cezar, que me foram remetidos da Secretaria dessa Presidência” (CABRAL, 1836, p. 20) e lamentava o resultado insatisfatório:

[...] havendo muitas notícias importantes em muitos ramos, quase tudo está incompleto, e não poderá ter uma mui útil, e geral aplicação, principalmente (o que é mais de sentir) na parte essencial, dos recenseamentos. Compreendem aqueles maços relações da população desde 1819 até 1831; mas incompletas em todos os anos; sem uniformidade, nem coincidência nas classificações, nas datas, e nos limites; umas tiradas por companhias das ordenanças, outras por paróquias, e outras finalmente por distritos de Juizes de Paz; o que lança uma inextricável confusão, e uma quase absoluta inutilidade no todo do trabalho. Podem contudo as relações de alguns distritos, que não tenham sido alterados, servir de termo de comparação para os cálculos do movimento da população relativa; e para daí, pelo auxílio da Aritmética Política, tirar resultados mais ou menos prováveis do movimento da população absoluta (CABRAL, 1836, p. 20-21).

Começar tudo novamente, em termos de estatísticas e planejamento — assim como o Brasil, que para liberais moderados como Cabral iniciava nova vida a partir de 1831 —, não seria fácil.

Dificuldades: precariedade de meios e disputas políticas

Ao final do documento, o encarregado da comissão discorria acerca dos obstáculos da tarefa. Iniciava por reconhecer suas limitações pessoais, pois um dos fatores que retardavam o trabalho seria a “[...] reconhecida, e confessada deficiência de meus meios científicos e intelectuais” (CABRAL, 1836, p. 21). Empregava um recurso retórico — o discurso da humildade — bastante comum na época. Outras razões, entretanto, eram elencadas:

[...] é a falta quase absoluta de dados anteriormente preparados, e coligidos; é a impossibilidade de recolher, em um tão pequeno prazo, todos os esclarecimentos que tenho pedido em mais de 400 ofícios, e cartas particulares sobre este assunto, e mais de 300 modelos de mapas e tabelas; e são finalmente os embaraços que encontram as autoridades locais, para o pontual cumprimento de minhas exigências, no pouco hábito de tais trabalhos, nas grandes distâncias, e na repugnância dos povos, que em grande parte ignoram os verdadeiros fins e resultados de semelhantes diligências; e ainda são dominados pela desconfiança que o regime arbitrário, com suas violências habituais, inspira, e deixa sempre aos particulares sobre a declaração de seus capitais, e faculdades; desconfiança que dura ainda depois da substituição das Formas Representativas (CABRAL, 1836, p. 21-22).

Havia aqui uma crítica ao regime anterior, mas que não considerava que a desconfiança com as informações prestadas ao governo — qualquer governo — era profundamente enraizada, por várias razões: escapar do recrutamento militar ou da tributação eram algumas delas.

A justificativa dada pelo bacharel, então, e a forma como procurava superar os óbices dessa ordem mostravam seus objetivos muito mais ambiciosos, pois transparecia uma argumentação de defesa do regime vigente, além de um fundo pedagógico, de formação política e de cidadania. Ele fazia isso

[...] já insinuando nas minhas circulares os fins e aplicações das notícias exigidas; já notando a impossibilidade de abusarem destes conhecimentos os Governos Representativos, nos quais todos os sacrifícios dos Cidadãos são votados à face da Nação por seus Representantes, e executados por Ministros responsáveis; já finalmente publicando, naquele intuito, e dirigindo aos Juizes de Paz um extenso artigo sobre este objeto (CABRAL, 1836, p. 22).¹⁹

Afirmava, ademais, que combateria, sempre que tivesse oportunidade, os agora infundados preconceitos contra a necessidade do governo de obter informações,

[...] e para esse fim, bem seguro nesta parte da aprovação do Exm. Conselho Administrativo, e de V. Ex., vou fazer a publicação, e distribuição gratuita deste relatório, que, segundo julgo, pela expressão dos verdadeiros fins das exigências, é próprio para dissipar um receio tão extemporâneo como prejudicial à administração e prosperidade geral (CABRAL, 1836, p. 22).

Dar publicidade aos atos administrativos: essa era uma das principais mudanças trazidas à política pelo liberalismo burguês, tanto nas repúblicas quanto nas monarquias parlamentares, caso brasileiro. A manutenção e o aperfeiçoamento do sistema representativo dependiam, agora, da legitimação pública da conduta do governo. Cabral, que compreendia bem isso e era um homem da imprensa, aproveitava o seu plano de estatística — um trabalho técnico, em princípio — como veículo para a disseminação de preceitos políticos. É difícil saber se, de fato, ele contava realmente com a aprovação prévia do presidente e do conselho para tornar público o seu relatório, ou se estava, de uma forma enviesada, impondo essa condição.

Entretanto, as dificuldades persistiam, parecendo insolúveis. Em um longo ofício enviado a Fernandes Braga, datado de 05 de setembro de 1835 e publicado em anexo ao relatório, o encarregado historiava o processo do convite a ele feito, suas condições para a aceitação e os problemas da empreitada, terminando por solicitar a sua exoneração. Começava lembrando que advertira o mandatário sobre a quase absoluta falta de meios para levar adiante a incumbência, mas que cedera

[...] a este repetido e tão honroso convite com a condição, de que se expedissem ordens que obrigassem as Autoridades, e Empregados da Província a fornecer-me com exação todos os esclarecimentos que eu exigisse; porque desta maneira acreditava eu, que poderia, até o fim do ano financeiro decorrido, ter recolhido os elementos para uma Estatística, se não exata, e satisfatória, ao menos de muita utilidade, já oferecendo muitos e importantes dados à Legislação, e à Administração, já servindo de ensaio, e de ponto de partida para uma sucessiva, e mais exata reunião de notícias da força, e da riqueza Provincial (CABRAL, 1836, p. 23-24).

É interessante observar duas expressões utilizadas pelo autor: “ensaio” e “ponto de partida”, pois ambas propiciam a percepção de aspectos que fundem o político e o cultural, redundando em manifestações como essas, tradutoras do espírito da época. Construía-se um país novo, no qual tudo estava por ser feito, e o futuro descortinava-se promissor, a despeito do presente conflituoso. O período regencial, aliás, pode ser considerado, de maneira geral, como “de ensaio”, notadamente no campo político. A experiência durou até

¹⁹ O artigo, publicado no **Propagador da Indústria Rio-Grandense**, nº. 92, em 18 de janeiro de 1834, chama-se **Estatística, seu Objeto e Importância** (KLAFKE, 2006, p. 117).

que a crua realidade social, justificada pelo que era visto como necessidade do escravismo, impusesse o acordo de elites que pavimentou o conservadorismo do segundo reinado.

O Presidente da Província concordou, e a partir daí, iniciaram-se os contatos para solicitar informações. Começaram, então, os desgostos do bacharel: “[...] a todos estes esforços corresponderam quase geralmente a indiferença, o desprezo, e até, em parte, a repulsa, e o insulto” (CABRAL, 1836, p. 25). Segue, no ofício, uma vasta lista de queixas pelo atraso, ausência e incompletude nas respostas das autoridades; pelo descaso dos particulares e profissionais especializados por ele contatados, como os médicos; pela falta de apoio das próprias secretarias do governo provincial e dos Juizes de Paz e de Direito. Também relata não ter obtido retorno das Câmaras Municipais, e uma — a de Rio Pardo — formalmente se recusou a responder. Tudo isso foi denunciado em ofício para a Presidência em novembro de 1834, juntamente com um primeiro pedido de exoneração, mas Fernandes Braga teria pedido tempo, prometendo tomar medidas com vistas a sanar as dificuldades. Cabral, então, cedeu novamente, mas impôs novas condições. Através de um ofício datado de 25 de dezembro de 1834 declarou que “[...] se não fosse auxiliado por medidas eficazes, e sobretudo por uma medida da Legislatura da Província, que removesse todas as dificuldades, e facilitasse a conclusão da empresa, irrevogavelmente a abandonaria” (CABRAL, 1836, p. 26). Depois desse ultimato, uma lei teria sido proposta em projeto, mas nunca chegou a ser discutida. O Presidente, enquanto isso, limitou-se a recomendar a Cabral o reenvio das solicitações de informações às autoridades competentes.

De toda essa pequena novela, importaria, especialmente, saber de que lei se tratava. Cabral, ainda no mesmo texto, assegurou que julgava essa medida legislativa indispensável, “[...] principalmente para a organização regular das listas civis do movimento da população, que no estado atual não podem ser encarregadas aos párocos pelos motivos expendidos” (CABRAL, 1836, p. 26). Não se sabe, exatamente, dos motivos, mas já tinha sido mencionada a ausência de padres em diversas localidades e a má qualidade de seus registros. Relevante na querela, então, é notar que o plano de estatística, na visão de Cabral, serviria de instrumento para forçar uma mudança na prerrogativa dos registros civis, os quais passariam à incumbência do Estado, seguindo o movimento de laicização anteriormente referido. Mais do que isso, ele pretendia legitimar e formalizar o ato através de medida legislativa, aproveitando o relativo grau de autonomia que as províncias detinham no período. É notável, aqui, perceber que se almejava uma alteração de caráter administrativo, mas com profundos efeitos culturais e sociais. Efetivamente, no Brasil, o estabelecimento do registro civil só foi discutido com mais consequência no final do Império.²⁰

As razões apresentadas, de acordo com Cabral, impediam-lhe

[...] de aspirar ao mérito, que ambicionava, de concorrer para os progressos desta Ciência, que abraça os interesses públicos, e particulares de todos os Povos, e que é hoje reconhecida como o contraste, e o critério para a verificação de todos os conhecimentos sociais e administrativos; e privam-me também da satisfação de criar, e coordenar o primeiro depósito dos fatos, e observações que devem servir para

²⁰ Um exemplo das dificuldades de imposição dos registros é descrito e analisado por Mara Loveman, em artigo significativamente intitulado **Blinded Like a State: the Revolt against Civil Registration in Nineteenth-Century Brazil**. Trata-se de um estudo sobre a Guerra dos Marimbondos ou Revolta do Ronco da Abelha, ocorrida em Pernambuco, entre 1851 e 1852. Na ocasião, agricultores pobres e livres de algumas localidades rebelaram-se contra o Regulamento do Registro de Nascimentos e Óbitos e contra a Lei do Censo, pois julgavam tratar-se de artifícios para promover uma espécie de reescravização, uma vez que tinham notícia do fim do tráfico de cativos. Numa crítica ao trabalho já citado de Scott, Loveman, a partir desse caso, argumenta sobre a incapacidade e “cegueira” do Estado na percepção das reais condições das populações sobre as quais se pretendia agir (LOVEMAN, 2007).

a administração desta importante parte do Império, e para o desenvolvimento de suas faculdades (CABRAL, 1836, p. 27).

Cabral encerrou assim os seus trabalhos na Província: “Aceite pois V. Ex. a minha tão justificada excusa, havendo-me por desonerado da comissão, logo que tenha posto em ordem os documentos arquivados, para serem transmitidos à Secretaria da Presidência” (CABRAL, 1836, p.27).

A resposta do Presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga também está anexada ao relatório publicado, e vale a pena reproduzi-la:

Atendendo ao que Vm. me representou no seu ofício de 5 de setembro passado, tenho de significar-lhe, que o hei por exonerado da Comissão da Estatística da Província, de que foi encarregado por este Governo; cumprindo-me louvar-lhe o zelo, atividade, e sacrifícios, que Vm. fez para bom desempenho da dita Comissão, suposto que malograda pela falta de cooperação das autoridades, a quem incumbia fornecer-lhe os necessários esclarecimentos (CABRAL, 1836, p. 28).

O governante destituído pelos farrapos aproveitava para criticar as autoridades agora no poder — provisório —, pois havia uma referência velada aos exaltados que não colaboraram com o bacharel português. O ofício é datado de 08 de outubro de 1835, isto é, quando o Presidente já se encontrava em Rio Grande, pois Porto Alegre estava sob o controle dos farrapos, há poucos dias antes de ambos deixarem a Província em direção à Corte.

Acerca das dificuldades gerais da atividade estatística da época, Senra sintetiza:

[...] não se tem paz, o que inviabiliza trabalho de campo, seja na circulação dos entrevistadores, seja nas suas recepções pelos informantes; ademais, as estruturas administrativas, e os registros administrativos consequentes, são incipientes, claudicando no funcionamento; ainda que se faça [sic] estatísticas, aqui ou ali, seja no interior das estruturas administrativas, seja por contrato a supostos especialistas, elas não são contínuas e sistemáticas; no início do período da consolidação, as revoltas seguem latentes, ainda que prenunciando um arrefecimento. Tudo faz com que as tentativas estatísticas sejam infrutíferas (SENRA, 2006, p. 58).

No caso de Cabral, acrescentavam-se dois problemas. Primeiro, era estrangeiro, o que num tempo de afirmação de um nacionalismo incipiente e difuso, criava conflitos. Já vimos como foi pífio o retorno dos seus pedidos de informação. Além disso, ele revelou, em escrito posterior, que Pedro Boticário, “[...] se recusou a prestar-nos os esclarecimentos que dele requisitamos para a estatística, por ordem do presidente, porque, dizia ele, um juiz de paz, cidadão brasileiro e livre não deve satisfazer as exigências de um forasteiro” (CABRAL, 1839, p. 21). Ora, Pedro Boticário era um notório farroupilha, o que nos permite ligar o fato ao segundo aspecto que colocava dificuldades adicionais ao bacharel: sua vinculação ao liberalismo moderado, centralista, absolutamente contrário às pretensões autonomistas da revolta que se avizinhava. Vê-se, então, como a tarefa eminentemente técnico-científica, ou que procurava assim se apresentar, não ficava imune às injunções políticas do conturbado período.

Conclusão: historicidade dos projetos de planejamento

A efemeridade e, mais do que isso, o fracasso de muitos dos projetos de Cabral aparentemente jamais o fizeram esmorecer. Em 1844, em Mariana, Minas Gerais, ele publicou o último de seus textos conhecidos: **Considerações sobre o actual estado político do Brasil, offerecidas, em testemunho de gratidão e affecto, ao povo brasileiro, por José Marcellino da Rocha Cabral**. Tratava-se do anúncio de uma obra grandiosa, que abordava desde a análise da legislação orgânica, em todos os seus aspectos, passando pela

“[...] indicação das emendas e complementos de que essas leis carecem” e considerações sobre a política externa, além de “[...] arbítrios para criação de recursos financeiros, o código de comércio, providências para a confecção do código civil e do processo respectivo, a instrução pública, a colonização e importação de Africanos” (CABRAL, 1844, p. 3-4). Ainda continha a descrição de “[...] alguns fatos inéditos, ou inexatamente publicados, que devem ser consignados com verdade na história das Administrações do Império” (CABRAL, 1844, p. 3-4).

Ou seja, ele pretendia realizar e reunir no mesmo livro — estimava que excederia 600 páginas — uma profunda análise política, um projeto de constituição e uma revisão da história do Brasil. Aos nossos olhos, isso parece extremamente pretensioso. E é. Porém, tal projeto — e Cabral era um homem sempre envolvido em projetos —, pela amplitude e pelos objetivos, era próprio de um momento em que os contemporâneos viam-se como construtores de um Estado e de uma Nação, onde tudo estava “por fazer”. É o que esse derradeiro texto demonstra, e que o conecta ao plano de estatística, com suas preocupações gerais relacionadas à constituição do Estado nacional: força armada, fronteiras, história, fiscalidade e composição da população.

Entretanto, no plano estatístico aqui analisado, havia preferências demarcadas. À seleção de excertos realizada, acrescenta-se um exercício despretensioso de análise linguística através da observação da recorrência de certos termos fundamentais na argumentação do autor.²¹ Alguns usos, é claro, explicam-se por uma questão de estilo, mas a reiteração, ou ausência, por outro lado, também podem dar pistas importantes sobre o contexto de debate do período e apontar algumas predileções ou preocupações de Cabral.

Chama a atenção, num documento relativamente sintético, de 28 páginas, as referências à preservação e ao aumento do poder do Estado. A palavra **poder**, relacionada ao poder do Estado, ou nacional, aparece 17 vezes. Num sentido semelhante, o vocábulo **força**, quando vinculado a expressões como força armada e força do Estado, apresenta 18 inserções. O **Estado**, como instituição, surge em 15 registros. Comparando o uso desse vocábulo com a utilização da palavra **sociedade**: apenas uma incidência, embora Cabral use em três oportunidades um termo que para ele era correlato à sociedade, **associação**. Outro termo de comparação é **povo**. São 13 momentos, mas, na sua maioria, como sinônimo de Nação, no sentido antigo, a exemplo de **povos de Missões** (como algo exótico) ou **povos bárbaros**. Povo, no sentido de população geral aparece apenas seis vezes, invariavelmente de forma negativa, como povos ignorantes ou povos que se recusam a prestar informações. O que isso sugere? Pode-se especular que o redator, liberal moderado e combatente do absolutismo, nem por isso descuidava de pugnar pelo fortalecimento do Estado nacional, como observado anteriormente. A isso se soma a sua própria vivência da tensa situação da Província, às vésperas, e nesse caso, quase que literalmente, da deflagração do movimento farrapo, do qual ele era um ferrenho opositor. A crise era fundamentalmente intraelites, e resultava perigoso, na época, apelar ao “povo”, que deveria ser conhecido, para melhor ser controlado.

²¹ Não é objetivo deste TD fazer um trabalho de análise do texto em sua estrutura, com aportes da linguística. Remete-se, contudo, a dois trabalhos que aliam uma forma interessante de “ler” o texto histórico a um contexto muito próximo, e que nos servem de referência. Trata-se da obra sobre o vocabulário político do vintismo português, em perspectiva de **língua e cultura** de análise textual, assentada em uma semântica de descrição que valoriza a análise conceitual, de Telmo Verdelho (VERDELHO, 1981); e do trabalho de análise da recorrência de expressões no vocabulário político de jornais paulistas entre 1822-42, como forma de explorar os fundamentos ideológicos do discurso, de Arnaldo Contier (CONTIER, 1979).

Tais condicionantes ajudam a explicar algumas opções, que são tidas como científicas, a princípio, mas são marcadamente políticas, ancoradas num contexto muito objetivo, o qual influi na seleção de aspectos a serem considerados no levantamento estatístico. Ou seja, a projeção de futuro, da qual a produção de dados é uma condição, será, sempre, uma construção dos homens em seu tempo, historicamente determinada. A percepção desse fato auxilia na desnaturalização da ideia de planejamento estatístico.²²

O aspecto político estará sempre presente. Para Isaac Kerstenetzky (1991, p. 8)²³,

O *sistema estatístico* pode ser pensado como importante peça de um estilo de formulação da política econômica e social de um país, através do *planejamento participativo*. Esse tipo de planejamento combina componentes técnicos e políticos. A atividade técnica produz informações sobre o estado da sociedade e explora possibilidades alternativas de sua evolução futura, usando (i) uma base de dados estatísticos, organizada a partir da contabilidade social, para suprir o quadro da evolução passada e da situação presente do país e (ii) capacidade de simulação de trajetórias e cenários futuros alternativos. O lado político do planejamento é representado pelo espaço institucional, no qual ocorrem negociações e estabelecem-se compromissos em torno da escolha de um projeto de *futuro*.

Futuros alternativos, essa parece ser a expressão-chave. Para Cabral, e para a quase totalidade da elite coetânea, o futuro do Brasil dependia, antes de tudo, de vencer a batalha da unificação do Império, o que talvez explique o aparente desequilíbrio de seu trabalho. Por outro lado, a relativa escassez de considerações mais sociais respondiam a uma determinada visão de sociedade: hierárquica e excludente. Ou seja, a problemática social não constituía uma questão central, a não ser como caso de polícia, situação que perdurou até bem entrado o século XX, e que em alguns momentos se manifesta mesmo na atualidade. Planejamento dizia respeito, como visto, majoritariamente, ao âmbito do Estado, durante o processo de sua consolidação.

Essa situação se alterou, chegando ao entendimento de que é “[...] inerente à idéia de planejamento, como processo de decisão social, o conhecimento das condições presentes de diferentes segmentos sociais, assim como do impacto de conjuntos alternativos de políticas sobre essas condições” (KERSTENETZKY, 1991, p. 8). Contudo, a mera constatação não basta. Para o autor, é fundamental a percepção de “[...] importantes lacunas de dados face a demandas sociais” (KERSTENETZKY, 1991, p. 8). Essa, talvez, seja uma distinção fundamental a ser registrada ao final desse salto que nos remete do início do século XIX à atualidade: maior atenção dos poderes com demandas sociais. Demandas essas que, por sua vez, dependerão cada vez mais dos resultados das articulações políticas e das disputas entre segmentos sociais, ou, em linguagem mais direta, entre classes. Igualmente, as ações que serão tomadas frente a tais conflitos, bem como a produção de informações que embasarão o seu planejamento, podem assumir distintas formas a atestarem a sua permanente vinculação à história concreta, ao político, ao social, para além de qualquer elucubração teórica que se pretenda fundamentalmente **técnica**.

²²Um exemplo eloquente, para além dos de Cabral, é o do citado trabalho de Correa da Câmara, de 1845, cuja preocupação mais evidente parece ser a disponibilidade e a condição legal da terra. A questão da propriedade fundiária assumia relevância, o que já começava a ser debatido em nível nacional, e seria objeto, dentro de poucos anos, da Lei de Terras de 1850 (OLIVEIRA, 1969, p. 18). Além disso, a defesa militar também era valorizada, pois a guerra com os vizinhos platinos se anunciava novamente (OLIVEIRA, 1969, p. 22). O Conselheiro, assim, parecia, efetivamente, muito atento às circunstâncias especiais da Província no contexto socioeconômico interno do País e em relação à geopolítica, a exemplo de seus antecessores.

²³ O artigo reúne, postumamente, dois trabalhos do autor. O primeiro, **Indicadores sociais: instrumento de Compreensão, Planejamento e Avaliação**, de 1976, aborda as transformações do sistema estatístico brasileiro nos anos 70, especialmente quanto ao papel dos indicadores sociais e à relevância de se fortalecer o diálogo entre este sistema e a pesquisa universitária. O segundo, **Quo vadis, sistema estatístico?**, de 1990, delinea os horizontes dos aperfeiçoamentos necessários ao sistema.

Ao nomear o bacharel, o Império já indicava uma determinada forma de construção de um conjunto de saberes que apontava para um plano de ação, tributário, em parte, da conjuntura, mas, sobretudo, da conformação, das características e interesses de suas elites dirigentes. Além disso, o Estado, enfim, tem uma parcela de sua **visão** orientada pelos seus próprios pressupostos institucionais, sua *raison d'être*. Jamais é cego, para retomar a expressão de Loveman. O que sempre estará em jogo serão as condições em que se dão os variados direcionamentos desse olhar.

Fontes de pesquisa

CABRAL, J. M. da R. **Collecção de alguns artigos escriptos e publicados no Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Despertador, 1839. Disponível em: <<http://purl.pt/14933>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CABRAL, J. M. da R. Considerações sobre o actual estado político do Brasil, offerecidas, em testemunho de gratidão e affecto, ao povo brasileiro. In: PAPELES varios sobre el Rio de la Plata. Mariana: [s.n.], 1844. (Biblioteca Nacional, Setor de Livros Raros, 51, 1, 27, n. 11A).

CABRAL, J. M. da R. **Relatório motivado sobre a estatística da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, dirigido ao Exm. Sr. Presidente da mesma Província em Conselho**. Rio de Janeiro: Tipografia de Lessa & Pereira, 1836. Disponível em: <<http://purl.pt/14864>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

Referências

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHAVES, A. J. G. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil**. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1978.

CONTIER, A. D. **Imprensa e Ideologia em São Paulo. (1822-1842): matizes do vocabulário político e social**. Petrópolis: Vozes, 1979.

DOLHNIKOFF, M. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

FARIA, E. de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Tipografia Lisbonense, 1851. v. 2.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA ESTATÍSTICA (RS) (FEE). **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre, 1981.

HOBSBAWM, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 127-176.

KERSTENETZKY, I. Estatísticas, teoria social e planejamento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, out. 1991. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=220:rbc-17&catid=69:rbc&Itemid=399>. Acesso em: 23 fev. 2015.

KLAFKE, Á. A. **Antecipar essa idade de paz, esse império do bem**: imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

KLAFKE, Á. A. **O Império na província**: construção do Estado nacional nas páginas de “O Propagador da Indústria Rio-Grandense” — 1833-1834. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LOVEMAN, M. Blinded Like a State: The Revolt against Civil Registration in Nineteenth-Century Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 49, n. 1, p. 5-39, 2007.

MARTIN, O. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13--34, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a02v2141.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

MATTOS, I. R. de. **O Tempo Squarema**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEMÓRIA, J. M. P. **Breve história da estatística**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/110361/1/sgetexto21.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820/1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, A. G. de. **Resumo Histórico da Estatística no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: DEE-RS, 1969.

SCOTT, J. C. **Seeing Like a State**: how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1998.

SENRA, N. de C. **História das estatísticas brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SENRA, N. de C. **Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

SILVA, A. de M. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. 10. ed. Lisboa: Confluência, 1952.

VERDELHO, T. dos S. **As palavras e as idéias na Revolução Liberal de 1820**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.